

ciência também impossibilita a análise de cenários alternativos da dívida. Currie e Vines usam seu modelo para mostrar como algumas opções estratégicas para solucionar a crise da dívida podem ser analisadas. Acenam com a possibilidade de ganhos sociais a partir de certas estratégias de cooperação. Mas esta versão de seu modelo tem valor limitado, já que não leva em conta a acumulação de capital ou a possibilidade de introduzir o repúdio da dívida. O modelo Hughes-Hallett introduz a OPEP como terceira região, indicando a possibilidade de criar cenários de cooperação para melhorar as perspectivas do Sul. Mas o tratamento superficial dos fluxos bilaterais impede seu uso em análises práticas.

Outros tópicos — de Gilbert e Pownell — incluem o uso de mercados futuros de *commodities* para promover a estabilização. Teria sido proveitoso tratar também do planejamento financeiro da dívida, já que muitos dos países bastante endividados ainda mantêm grande parte de sua dívida a taxas de juros variáveis, dando pouquíssima importância ao risco cambial ou de perda em juros. Um estudo de Samiei sobre o desequilíbrio no comércio N-S é esclarecedor no tocante às estruturas do período 1956-84, embora o fato de tratar as relações de troca como exógenas limite sua aplicabilidade na análise de políticas. Vos nos brinda com interessante ensaio sobre o uso da estrutura contábil na análise de fluxos financeiros globais; e aponta

alguns problemas de ajuste do Sul que poderiam ser causados por racionamento de crédito e influxos excessivos de capital. Uma análise da experiência recente do Brasil, de autoria de Fritsch, enfatiza o papel dos fluxos de capital, mas atribui pouca importância a outros choques, como os causados por mudanças nas relações de troca ou na política interna de consumo.

Este é um livro oportuno, pois fornece alguns resultados empíricos que corroboram os esforços teóricos da modelagem N-S, mas hoje a utilidade desses resultados está mais em indicar linhas de pesquisa futura do que em propiciar uma base para estudos de políticas.

F. Desmond McCarthy

Breves resenhas

Robert D. Stevens e Cathy Jabara
Agricultural development principles

Baltimore, MD, USA, John Hopkins University Press, 1988. xxxi + 478 p., US\$ 45 (encadernado), US\$ 17,50 (brochura).

A agricultura tem sofrido enormes mudanças, as quais podem ser interpretadas de várias maneiras, mas até agora não se dispunha de um compêndio atualizado que estivesse ao alcance do público não-especializado. Este livro, concebido a princípio como manual universitário, vem preencher essa lacuna. Clara e às vezes elegante em sua exposição das teorias, imparcial em sua apresentação das várias escolas de pensamento, a obra é porém pautada pela preocupação pragmática de distinguir o que funciona daquilo que não funciona. Sua avaliação das teorias — bem como dos mitos e estereótipos populares — reflete um vasto conhecimento da literatura empírica sobre uma ampla gama de assuntos e também uma profunda preocupação humanitária, sem jamais tocar as raízes da pieguice. A perspectiva dos autores é neoclássica, e o livro vem corroborar a teoria da inovação induzida (Hyami-Ruttan), no que se refere à análise da economia da modernização agrícola e à identificação dos tipos de mudanças indispensáveis para criar uma agricultura de bases científicas. A parte III aborda a maneira pela qual se operam tais mudanças; analisa a economia do investimento nos vários tipos de mudanças tecnológicas e institucionais e no capital humano capazes de levar a um rápido crescimento agrícola. As partes IV e V discutem o papel das políticas e programas governamentais que visam a transformar a agricultura e influenciar a distribuição de seus benefícios.

John P. Lewis et alii
Strengthening the poor

Washington, D.C., Overseas Development Council, 1988. xiii + 228 p., US\$ 12,95 (brochura).

Convencidos no início dos anos 70 de que a "filtração" não era suficiente, muitos governos de países em desenvolvimento e agências que lhes prestavam ajuda decidiram adotar programas contra a pobreza sob uma série de rubricas: criação de empregos, tecnologia adequada, redistribuição com crescimento, desenvolvimento rural integrado com base na pequena propriedade e necessidades humanas básicas. Nos anos 80, a preocupação dos governos com o ajuste externo pôs de lado as questões referentes à pobreza. Mas os problemas daí decorrentes continuam tão urgentes como sempre. E a discussão sobre como mitigar a pobreza torna-se mais acesa quando se percebe que, sem um planejamento especial, o ônus do ajuste recai sobretudo sobre os que têm menos condições de arcar com ele. Os 13 autores deste livro tentam tirar lições da experiência acumulada nos últimos 20 anos. A coletânea é abrangente, e os temas abordados vão desde a pobreza rural e urbana, passando por questões referentes a desenvolvimento institucional, autoconfiança e participação comunitária, bem como ao papel das mulheres nas estratégias contra a pobreza e às formas de proteger os pobres durante o ajuste, até a função da ajuda nos esforços contra a pobreza. Trata-se, em suma, de uma coletânea crítica e estimulante.

Peter Nolan
The political economy of collective farms

Boulder, CO, USA, Westview Press, 1988. viii + 259 p., US\$ 44,50 (encadernado).

Quando as comunas chinesas estavam em franca expansão nos anos 60 e inícios dos anos 70, dizia-se que elas tinham solucionado a maioria dos problemas ligados à pobreza rural e à distribuição da renda; aumentado a poupança e o investimento agrícolas na infra-estrutura; e formado administradores econômicos que tinham assim condições de difundir novas técnicas por todo o setor. Hoje, dez anos depois de os chineses terem começado a desativar as comunas, a grande fazenda coletiva tem poucos defensores e é vista geralmente como uma experiência fracassada. O livro de Peter Nolan vem consolidar o novo enfoque da agricultura coletiva. Primeiramente o autor delinea as convicções e expectativas referentes a essa agricultura que se formaram na União Soviética nos anos 20. Em seguida, analisa a experiência chinesa à época de Mao, mostrando as pressões que levaram às reformas iniciadas em 1977/78 e as mudanças verificadas na primeira metade dos anos 80. Por último, aborda questões ligadas à extinção da agricultura comunal na China. Nolan conclui que, em geral, a natureza da produção agrícola favorece a pequena propriedade familiar. A abolição da comuna e a cessão dos direitos de arrendamento a unidades familiares certamente estimularam muito o crescimento agrícola, mas Nolan reconhece que sua extinção deixou um vácuo nas áreas de educação, saúde e previdência social, além de ter resultado num negligenciamento da irrigação e conservação das terras que somente algum tipo de intervenção estatal poderia remediar. Essa visão equilibrada torna o seu livro uma valiosa contribuição para a literatura sobre agricultura coletiva.

Novos leitores que desejem receber regularmente *Finanças & Desenvolvimento* devem escrever a Subscription Services, *Finance & Development*, International Monetary Fund, Washington, DC 20431, USA, dizendo em que língua querem receber a revista e os motivos do pedido. Os textos de *Finanças & Desenvolvimento* constam do Business Periodicals Index, Public Affairs Information Service (PAIS) e da Bibliographie Internationale des Sciences Sociales. O número de dezembro publica o índice anual de artigos e resenhas.